

Prata, o que é de se estranhar, de vez que na carta de 28 de julho de 1500, enviada de Sevilha ao mesmo Medici, faz claras referências ao Amazonas, quando descreve a sua viagem com Hojeda em 1499-1500.

Em conclusão: o estudo cartográfico do Dr. Levillier, na nossa opinião, por mais erudito que seja, não constitui por si só elemento suficiente para se poder atribuir a Vespucci, entre outras cousas, a descoberta do Rio da Prata.

ALFREDO ELLIS JÚNIOR.

FIGUEIREDO (Fidelino de). — *A épica portuguesa no século XVI. Subsídios documentares para uma teoria geral da epopéia.* Texto ilustrado. São Paulo, 1950, 402 págs.

A presente obra faz parte dos Boletins (vol. CI) editados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, e constitui a publicação n.º 6 (secção de Letras) da cadeira de Literatura Portuguesa.

No Prefácio, recorda o A. as sucessivas edições e a carreira agitada deste seu trabalho, a qual está em rigoroso paralelismo com as suas deambulações por Universidades e Países estrangeiros.

Apresenta-se esta sexta edição consideravelmente ampliada nos subsídios documentares que servem de base à teoria demonstrativa e no material iconográfico que os justifica, e lhes dá ressonância para além das fronteiras da arte literária. É obra de alta consciência crítica e histórica, porque contribui para o estabelecimento de uma teoria geral da epopéia, segundo o método iniciado por Joseph Bédier; clarifica o caso português da elaboração de um poema épico; abre veredas novas para se extrair, entre outros, o seguinte corolário de doutrina: a transformação do conceito tradicional da crítica de fontes; e entre as várias e importantes consequências críticas, ministra dados novos sobre a filiação do canto X de *Os Lusíadas* na tradição da poesia astronómica. E pelo que nela perpassa de vivas preocupações de atualidade, é ainda obra de vibrante caráter ensaístico, porque o A. não dissocia os problemas atuais de política e educação dos de pura especulação ou exegese literária — propósito que se evidencia sobretudo na referência que faz, no último capítulo, ao duelo entre a mentalidade épica e a mentalidade crítica.

A obra está dividida em três partes, a primeira das quais — "Fatos e idéias preliminares" — contém os capítulos: "A repercussão da obra camoniana", "Epopéia e nacionalidade" e "Conceito e gênese da epopéia".

Abre o volume com a análise das três direções dominantes no quinhentismo português e o seu conteúdo espiritual, personificado em Gil Vicente, Sá de Miranda e Luís de Camões. Depois de salientar o significado humano e renascentista de *Os Lusíadas*, o A. alude à repercussão e influência da obra camoniana, através dos sucessivos meios ledores e dos diversos ambientes literários e político-sociais, até cristalizar-se na mente portuguesa como força cívica e construtora. Rastreado, pelas várias épocas e escolas literárias, aquela repercussão e influência, principalmente da epopéia, pôde o A. organizar (págs. 24-30) um elenco de 65 poemas heróico-narrativos, "ainda que muitos deles estejam longe de palpitar de verdadeira inspiração épica". E como sintoma do gosto épico, começam a surgir do século XVIII em diante, numerosas caricaturas de epopéias em forma de poemas heróico-cômicos e burles-

cos e de paródias, os quais, lembra o A., foram já inventariados por Alberto Pimental e pelo Coronel Ferreira Lima.

A apreciação desse elenco de poemas (uns redigidos em português, outros em espanhol e outros ainda em latim) levanta, mais uma vez, no espírito do A. o problema do critério de nacionalidade em história literária (Cap. II).

O Cap. III é dos mais importantes da presente obra, porque com ele intervêm o A. na discussão de um dos mais árduos e velhos problemas da ciência da literatura — o conceito e a gênese da epopéia —, analisando as várias direções críticas que estão na base desse candente problema, e aplicando por fim ao caso da origem do poema épico português o método de Joseph Bédier. A primeira dessas direções é a de Aristóteles, exposta na *Poética*, onde se encontra também o mais antigo conceito de epopéia, fundamentado nos poemas homéricos. Ainda através da Antiguidade, a crítica homérica continua a enriquecer o seu patrimônio, do ponto de vista filológico, com os comentários ou escólios e com o movimento dos separatistas ou corizotes. No século XV, na Itália, renasce a discussão sobre o conceito de epopéia: é o movimento de criação e o de seu ajuizamento crítico, em que sobressai a figura de Torquato Tasso, com a *Jerusalém Libertada* e os *Discorsi dell'arte poetica*. Somente a partir do pré-romantismo é posto em equação o problema da gênese da epopéia e, ainda uma vez aplicado aos poemas homéricos. É, acima de todos, o trabalho de Wolf sobre a autoria coletiva anterior a Homero. Esta terceira direção abriu caminho novo aos romanistas para esclarecer e, a meu juízo, resolver o problema das epopéias medievais. E foi Joseph Bédier, com *Les Légendes Épiques*, quem reduziu a rigoroso problema histórico uma discussão que, durante séculos, fora apenas versada dialética e dedutivamente.

Recorrendo à própria obra de Bédier, que contém uma recapitulação histórica da poesia épica francesa, o A. faz desfilar (págs. 48-54) os críticos mais representativos que intervieram nessa discussão: Herder, Fauriel, Daunou, Gaston Paris e Pio Rajna. E através destes nomes, cada qual com a sua peculiar contribuição, aproxima-se de Bédier, de cujos estudos se tira uma conclusão e se atinge um ponto de chegada que dá, depois do longo caminho percorrido, "uma sensação de alívio e desanuviamento do horizonte". O autor de "*Les Légendes Épiques*, apercebido de método realista e materialista (de "puro materialismo histórico", dirá o A.), não aplicou uma teoria geral às obras tão distantes no tempo e tão diversas na índole", estudou só a épica francesa ("separadamente a dentro das suas fronteiras próprias"): em vez de estudar conjeturalmente "hipotéticos modelos nunca vistos", concentrou a sua análise "nos textos que de fato existem", interrogando "o mundo histórico, político e religioso da idade contemporânea deles". E Bédier conclui, ou por ele conclui o A.: "as canções de gesta nasceram tôdas entre o século XI e o XII, (que) foram compostas por gente erudiça, do clero naturalmente, sem longas elaborações orais, sem prévios ciclos de cantos breves, sem nenhuma cooperação do tempo e da coletividade das épocas distantes de Carlos Magno e Clovis na formação do texto. Era a morte da teoria do anonimato popularista, da espontaneidade coletiva e da origem germânica nas florestas misteriosas ou mitizadas poeticamente" (págs. 55). Essa teoria sofreu também, em Espanha, rude golpe com os estudos de Menéndez Pidal.

E o método de Bédier e de Pidal que o A. se permite aplicar ao caso português. Mas antes de exemplificar a forma de aplicação do método, faz a seguinte advertência, a propósito do desenvolvimento da épica francesa que poderia prejudicar a idéia da criação prévia e coletiva da matéria: esta "continua a ter a idade que tinha, quando se lhe pode reconhecer alguma autenticidade histórica, e porque entre os sucessos autenticáveis e a sua versão poética do século XI há um longo caminho de desfiguração — desfiguração que não seria notada, se ela fôsse tôda do autor individual dos textos que possuímos" (págs. 59).

O descobrimento do caminho marítimo da Índia — fulcro do poema camoniano —, com todas as suas conseqüências "tornou-se um mito ou antes um ciclo de mitos, melhor ainda, de valores míticos". É evidente que o A. emprega a palavra mito numa acepção diversa da que de ordinário lhe atribuem os etnólogos: "uma narrativa de caráter cultural, que tem por fundo um fato de repetição rítmica, de entre os oferecidos pelo espetáculo da natureza, narrativa vazia de alguma concreta singularidade episódica ou histórica". Ao contrário, é outra a sua acepção: os seus mitos heróicos "partem da realidade histórica e atestam a colaboração memorial e emocional coletiva sobre o que é singular até ao prodígio da superação do homem sobre o homem". E continua a estabelecer a diferença: "o mito dos etnólogos funda-se na regularidade da constância do seu conteúdo; estes mitos heróicos de que vou falar longamente, fundam-se na unicidade dos sucessos" (págs. 61-62). A gradual elaboração de tais mitos foram os índices de cristalização ou de ambiência lendária — "lendária por falta de palavra mais apropriada". É essa ambiência lendária que estabelece uma contradição interna no quinhentismo português, uma fraqueza e uma força [v. págs. 10-11 (Prefácio), 62 e 255]. Conclui o A. este importante capítulo, anunciando que apontará a seguir alguns desses índices, "no limiar da Renascença, neste recanto de desterro do extremo ocidente da latitudinalidade".

Na Parte Segunda — "A Ambiência Lendária" — reúne o A. vasto material documental com que clarifica o caso português da elaboração de um poema épico, contribuindo desse modo para o estabelecimento de uma teoria geral da epopeia. Não são inéditos os documentos, porque, como veículos gerais da cultura implícita ou explicitamente portuguesa, estão e estiveram sempre ao alcance dos estudiosos, entre os quais o próprio A. que de muitos deles já se utilizou na sua obra de historiador da literatura. Inédito e até original é não só o modo por que são vistos como elementos articulados com a idéia nuclear — a ambiência lendária —, mas também a glosa crítica à margem dos documentos e dos seus autores. Cumpre notar que os textos transcritos pertencem a diversos domínios, não apenas o estritamente literário, e estão redigidos em línguas várias, latim, português, espanhol e francês. São autores desses textos: cronistas e historiadores, embaixadores e humanistas, comediógrafos e poetas, guerreiros e homens de ciência, moralistas e críticos de artes plásticas, e até um profissional da filosofia — portugueses e estrangeiros de diferentes nacionalidades.

Dos dezanove capítulos desta Parte Segunda, dezessete são destinados a demonstrar que todos aqueles autores exemplificam, com os seus depoimentos, a formação de um ambiente lendário preparador e prenunciador da epopeia nacional de Camões. Observe-se ainda que três dos dezessete capítulos estão fora do âmbito literário. A eles far-se-á menção especial. De acordo com a sua variada matéria, podem ser assim condensados os catorze capítulos sobre a ambiência lendária:

- a) A historiografia cronística representada por Mestre Mateus Pisanho, autor da obra *De Bello Septensi*, sobre a conquista de Ceuta (págs. 69-74).
- b) Uma concepção da história subordinada a duas correntes principais: a primeira de "enfático engrandecimento épico" com João de Barros (págs. 239-250); a segunda de um "verismo mais simples" com Fernão Lopes de Castanheda (págs. 251-254).
- c) Os discursos dos embaixadores e a curiosidade dos humanistas pelos descobrimentos, patenteada em cartas dirigidas aos reis portugueses. Discursos que mostram o "estreito parentesco espiritual entre eloquência e o heroísmo" (págs. 75-85); e cartas de homens que sentiam "desabrochar em si curiosidades, impulsos cri-

ticos, simpatias, tolerâncias, ânsias de compreender" (págs. 87-115).

- d) O teatro primitivo português, o dos momos medievais; e o teatro ibérico e renascentista, o de Gil Vicente e Torres Naharro — que refletem a "ufania heróica dos descobrimentos" (págs. 117-144; e 197-231).
- e) A invenção de um herói fantástico, um suposto filho de Duarte Pacheco Pereira — Lisuarte Pacheco, que nunca existiu. Foi Gaspar Correia quem deu visos de verdade a essa invencionice, que é "um produto de imaginações escandecidas, que viram no cenário heróico da Índia o ambiente idóneo para o surto de um herói cavalheiresco" (págs. 269-273). E Leonardo Nunes e o morbo heróico — "aquêlo estado de delírio que criou o clima propício para o advento de Camões" (págs. 275-279).
- f) A idéia fixa de uma epopéia em Antônio Ferreira, isto é. as suas constantes "exortações a poetas amigos para que entoem cantos à glória portuguesa" (págs. 281-290). E a epopéia e o mecenatismo, ou seja a idéia da "estreita ligação entre o favor dos grandes e a inspiração épica". Idéia perfilhada por Diogo Bernardes, principalmente (págs. 291-293).
- g) Os curiosos casos de Garcia de Resende e Damião de Góis, ambos "pouco acessíveis ao entusiasmo heróico, o primeiro por pequenez de espirito e vocação áulica, o segundo por amplidão de espirito e inclinação crítica" (págs. 255-267). E o descontentamento anti-heróico, o rumor popular, vozes contrárias às navegações, resistências políticas, nos conselhos reais, fundamentadas em idéias (págs. 295-299).
- h) O traslado de uma "Oração a Nossa Senhora por os navegantes da Índia", boa prova para a história dos descobrimentos e da devoção: "não é um indice de ambiência lendária, confessa o A., mas é um documento da chegada da inquietude dos descobrimentos aos recessos da alma piedosa, inquietude que recebeu sua expressão em prece" (págs. 145-150).

Citando tantos textos, põe o A. em relêvo a sua "fraseologia encomiástica", na qual predominam as palavras "novo", "descobrir" e "segrêdo"; e os lugares-comuns da "embriaguez heróica", que podem ser consubstanciados em dois motivos principais: serem os portugueses, a principio, mais amigos de fazer que escrever o que faziam, e depois, tão ciosos, ao mesmo tempo, de bem fazer e de bem celebrar as ações (v. págs. 103-104, 256, 257, 258-259, 276, 277, 283 e 284); e, acima de todos, o paralelo de rivalidade ou emulação entre os portugueses e os antigos (v. págs. 72, 100, 113, 142, 143, 244, 246, 251, 259, 276 e 278). E à margem dos documentos, a propósito das designações das formas de teatro anterior ao de Gil Vicente, fazem-se algumas observações (págs. 133-137, com breve bibliografia na nota). Ainda a respeito de teatro: não deixa o A. de ajudar ao estado atual do problema das relações entre Gil Vicente e Torres Naharro (págs. 221-231).

Dos três capitulos a que se vai fazer menção especial, o primeiro é "As tapeçarias luso-indianas" (págs. 151-169). Cita o A. 18 dados ou informações sobre as colgaduras mandadas executar por D. Manuel, na Flandres, com motivos sobre os descobrimentos das Índias Orientais, os seus heróis e os seus exotismos. A tapeçaria flamenga constitui um estilo, moda ou maneira que o A. considera, do seu especial ponto de vista, "como um dos indices da ambiên-

ria lendária que criou o ciclo dos valores míticos, recolhido e coordenado por Camões nos *Lusiadas*". O segundo capítulo "Heroísmo e ciência" (págs. 171-195) é como que um aditamento esclarecedor às polémicas de Menéndez y Peñayo sobre a ciência espanhola, porque articula a cultura científica com o caráter geral da ação. E poderá ter também este capítulo um propósito polémico, porque reivindica para Portugal o nobre lugar na ciência e na filosofia. Mas no seu grande século, primam as ciências de aplicação, as quais envolvem caráter prático e utilitário, pois nasceram de emoção dos descobrimentos geográficos e, portanto, numa atmosfera de exaltação heróica. Estudando alguns clássicos dessa ciência utilitária (Pedro Nunes, Duarte Pacheco Pereira, Tomé Pires, D. João de Castro, Antônio Galvão, Fernão de Oliveira e Garcia da Orta), surpreende o A. novamente aqueles dois lugares-comuns da "fraseologia heróica", a que acima se fez referência (v. págs. 174-175, 188-189 e 191). O terceiro capítulo "um conceito de Miguel Ângelo" (págs. 233-238) é a glosa crítica a uma tese de Costa Lobo sobre a interpretação de certo grupo do *Juizo Final* do pintor italiano: a presença de Portugal, nesse afresco, personificado em certa figura. Representa esse grupo a ação missionária de Portugal, "um bem honroso reflexo da nossa idade heróica sobre o gênio de Miguel Ângelo, reflexo coado através do prisma da visão romana".

Termina esta Parte Segunda com dois capítulos ("A juxtaposição das religiões", págs. 301-306; e "A contemplação do universo", págs. 307-343) destinados a estudar dois problemas estéticos de *Os Lusiadas*. O primeiro é "a coexistência e interpenetração das duas formas opostas de maravilhoso: o mitológico pagão e o cristão" — incongruência ou dualidade que não é só de Camões, é de todo o ambiente mental da época renascentista. A intervenção dos deuses mitológicos na ação descobridora dos portugueses, vai servir ao Poeta para desenvolver uma tese. Eis outra grande novidade da presente obra: a demonstração dada pelo A. de que *Os Lusiadas* são uma obra de tese. E a tese é a seguinte: os feitos dos portugueses nas empresas da navegação e da conquista ultramarina excediam os dos antigos, quer os verdadeiros, quer os fanáticos. A págs. 305 e 381, notas 37 e 48, o A. cita alguns lugares do poema em que a tese está recapitulada e aduzida com casos concretos. É, porém, no apêndice à presente obra — "Ainda a Épica Portuguesa (Nótulas de auto-crítica)" — publicado nesta *Revista de História*, que o A. documenta, mais ampla e profundamente a tese de Camões; a qual visa a demonstrar que os portugueses não só excediam os antigos em realizações heróicas, mas também os ultrapassavam na dor e no sofrimento; em tudo competiam com eles, no bem e no mal. O outro problema é a contemplação do universo ou o exame direto da máquina do mundo (canto X, estâncias 76-91), que é, ao mesmo tempo, "profecia histórica, síntese astronômica e descrição geográfica". Essa contemplação ou esse exame, que poderia parecer uma excrescência no poema, representa para o A. uma "forma superior de prêmio, recompensa puramente intelectual" dada pelos deuses aos portugueses (págs. 307, 329, 338 e 394). Filia-se ainda essa contemplação do universo na nobre e vetusta tradição da poesia astronômica (págs. 310-326), porque toda a grande epopéia é um conglomerado de "heroísmo guerreiro, navegações e exploração do céu". A contemplação do universo excedeu o âmbito da própria poesia, recorda o A. a págs. 327-330, e teve na pintura, com Raffaello Sanzio, um poderoso e eloqüente intérprete.

A Parte Terceira — "Idéias Finais" — compõe-se de três capítulos ("Corolários de doutrina", "Relance sobre os poemas quinhentistas" e "O reverso da medalha"). Finaliza a obra com um Apêndice, que se prende ao Cap. IV (págs. 136-137): "Genethliacón Principis Lusitani", De Lúcio André de Resende. O primeiro capítulo oferece um critério novo para julgar do verdadeiro caráter épico de um poema. Para o A. o poeta épico não é o criador da ma-

téria épica: não tem sequer o poder de colorir de tom épico a matéria comum ou já de si heróica; a matéria é-lhe anterior e é de criação coletiva. A epopeia é a glosa poética de um mito; portanto, o mito é a condição prévia da epopeia (págs. 347-348). "Esta condição essencial da anterior presença de um mito coletivo como introdução à epopeia", verifica-se em todos os casos de flocação do gênero épico, sejam ou não os poetas bem conhecidos e individualizados: Homero, Vergílio, o autor dos *Nibelungen*, Dante, Ariosto, Tasso, Camões e Lonnrot (págs. 348-352). Não é uma restauração da velha teoria romântica de coordenação de rapsódias e baladas o que o A. propõe. O que ele cita quase exaustivamente e com sumo relêvo e glosa com objetividade e fragrância, são os índices da ambiência lendária que nasceu dos mitos heróicos. Dêsse critério ou teoria extraem-se quatro corolários. Vai fazer-se referência somente ao primeiro: a transformação do conceito tradicional da crítica de fontes, isto é, aquela que "procura as reminiscências de leituras, as prováveis e as conjecturais", baseada apenas nas coincidências formais e estilísticas e na anterioridade cronológica. Exemplificando com três episódios de *Oe Lusíadas*, o do Velho do Restelo, o da Ilha dos Amores e o dos Doze da Inglaterra, o A. mostra que "existe uma continuidade literária subterrânea, uma infra-história, que é seqüência e transmissão de motivos, de pequeninas invenções de expedientes expressivos e de conceitos de valor, que são como o concreto único das grandes massas arquitetônicas, em que só as linhas dominantes têm autoria individual". Com o pensamento no episódio do Velho do Restelo e no trabalho sumamente erudito que lhe dedicou o Prof. Rebelo Gonçalves, adverte ainda o A. se pode rastrear o "recheio retórico" dêsse e possivelmente de outros episódios, mas o que está por detrás dêsse "recheio retórico" é aquela continuidade subterrânea ou infra-histórica (págs. 355-362).

E chega-se ao derradeiro capítulo: o duelo entre a mentalidade épica e a mentalidade crítica, ou entre o narcisismo heróico e o ensaísmo, ou ainda na velha fórmula do A., proposta na *Menoridade da Inteligência* (págs. 113-133): a oposição entre o **memorialismo** que é "a posição do espírito de quem se deleita preferentemente em recordar e entesourar lembranças" e o **voluntarismo ético**, a "atitude que consiste em drenar todas as energias para o esforço ativo, que mantém os sentidos e a inteligência alerta e sob o comando de uma idéia". O ensaísmo tem, aliás, no A. uma voz legitimamente portuguesa e solidariamente universal, porque alia os seus influentes propositos de interpretação anti-pas-sadista da vida e da cultura portuguesa com a sua análise ansiosa e dolorida dos sintomas patológicos da vida de hoje e a sugestão de métodos terapêuticos para debelar a crise contemporânea.

Fenece o trabalho com um colofone à maneira dos velhos livros — "Fini-s Laus Deo Brasiliae Gratias". Mas é o Brasil, melhor, o meio intelectual brasileiro, que deve ser reconhecido, ao A. que já, de há muito, vem prestando incansavelmente relevantes serviços ao nosso país, na cátedra e pela pena, através do magistério superior da alta crítica interpretativa e da filosofia da literatura.

Também este ano, em Portugal, foi publicado um novo trabalho do Prof. Hernani Cidade, *Luis de Camões, II — O Épico*. O livro do Prof. Cidade é de crítica externa, visto que procura surpreender valores estéticos e ideológicos do poema. Deixa, na sua obra, muita coisa não *esboçada*, mas *realizada* e digna da grandeza do Poeta. Recebeu assim a matéria épica de Camões dois consagradores estudos, cada um com a sua contribuição, entrevista na peculiar inclinação crítica dos seus Autores. Nunca as mãos lhes doam.

CARLOS DE ASSIS PEREIRA.